

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.587.472 - RS (2019/0282078-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : NOEMIR CAPOANI
AGRAVANTE : SILVANA VALDUGA CAPOANI
ADVOGADOS : FÁBIO FERNANDO MARTINI - RS036709
THIAGO CRIPPA REY - RS060691
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : CAROLINA PRADO DA HORA - RS073303
FLAVIO RESMINI FILHO - RS064905

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. OMISSÃO. AUSÊNCIA. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA A MANUTENÇÃO DO DECISUM NÃO ATACADO NO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por NOEMIR CAPOANI e OUTRA, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, no qual se insurgiram contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 150):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESCABIMENTO DO INCIDENTE.

REJEIÇÃO MANTIDA. A exceção de préexecutividade é incidente civil, sem observância de forma e rito, aceito doutrinária e jurisprudencialmente para o fim de enfrentar matérias processuais de ordem pública, bem como questões relativas ao mérito provadas de plano, as quais prescindam de dilação probatória – não é o caso dos autos no que tange ao pedido de suspensão/extinção da execução diante da necessidade de análise dos efeitos do plano de recuperação judicial (necessidade de dilação probatória), somando a presença de recurso de agravo de instrumento interposto pelo credor nos autos da demanda n. 005/1.15.0002212-4.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 405-409).

No recurso especial, as recorrentes apontaram, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 337, XI, e 1.022, II, do CPC/2015; e 49, § 2º, 50, § 1º, 59 e 61, § 2º, da Lei n. 11.101/2005.

Esclareceram que se opuseram ao acórdão que não acolheu sua exceção de pré-executividade, buscando suspender a execução.

Afirmaram que o crédito exequendo deve ser suspenso, pois se encontra sujeito aos efeitos do plano de recuperação judicial, devidamente aprovado pela assembleia de credores. No ponto, salientaram que, embora a ação de cobrança tenha sido manejada contra os sócios da pessoa jurídica, que são garantidores solidários, sua continuidade prejudica a recuperação da empresa. Apontaram que, ante a novação dos créditos com a aprovação do plano de recuperação, não há interesse processual para a continuidade da demanda, razão por que foi equivocado o desprovemento de sua pretensão. Frisaram haver pontos omissos, mesmo após o julgamento dos embargos de declaração (e-STJ, fls. 186-208).

Nas razões do agravo, as partes agravantes impugnam os fundamentos da decisão denegatória do recurso, reiterando, no mais, as razões do mérito recursal (e-STJ, fls. 273-282).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 296-301).

Brevemente relatado, decido.

Não há nenhuma omissão ou mesmo contradição a ser sanada no julgamento estadual, portanto inexistentes os requisitos para reconhecimento de ofensa ao art. 1.022 do novo CPC.

O acórdão dirimiu a controvérsia com base em fundamentação sólida, sem tais vícios, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte insurgente. Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, como de fato ocorreu nos autos.

Com efeito, o Tribunal estadual assentou que o pleito das recorrentes (suspensão da execução em razão da aprovação do plano de recuperação judicial) não poderia ser intentado em exceção de pré-executividade, mas apenas em embargos à execução.

Veja-se (e-STJ, fls. 154-252):

Como é sabido, apenas se mostra viável discutir, em se tratando do incidente em questão, matérias que dizem respeito com a própria validade do título que ilustra a execução, ou, ainda, questões envolvendo pressupostos processuais ou objeções substanciais constatáveis pelo próprio título executivo.

Ocorre que, no caso dos autos, as alegações não se enquadram nas hipóteses acima mencionadas. Daí evidencia-se a impropriedade do expediente manejado, uma vez que tais questões devem ser apreciadas em sede de embargos à execução.

As matérias arguidas no incidente, não obstante elencada como ausência de interesse processual (alegação de novação da dívida pelo processamento da Recuperação Judicial), devem ser discutidas em sede de embargos à execução, onde ocorre, inclusive, a oportunidade de dilação probatória das alegações (análise dos efeitos do plano de recuperação judicial), o que não é possível em sede de exceção de pré-executividade, tampouco implica ofensa aos princípios constitucionais.

Nesta linha, inviável que possa substituir ferramenta expressamente prevista pela legislação processual pátria, qual seja, os embargos, sendo descabida, portanto, a aplicação do chamado princípio da fungibilidade.

[...]

Ademais, como referido pela decisão recorrida, necessária a “análise dos efeitos do Plano de Recuperação Judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores, do qual pende, como noticiado pelas partes, recurso de agravo de instrumento interposto pela ora credora.”.

No mais, como se observa da petição de recurso especial, essas ponderações da segunda instância não foram atacadas pelas recorrentes, embora sejam suficientes para a manutenção do acórdão. Esse quadro atrai a aplicação da Súmula 283/STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator